TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
AUDITORIA

PARECER	:	**PAR-AUDITORIA-14273/2013**
PROCESSO TC/MS	:	**TC/5388/2013**
PROTOCOLO	:	**1413771**
ÓRGÃO	:	**CÂMARA MUNICIPAL DE AMAMBAI - MS**
RESPONSÁVEL	:	**ROBERTO ROJO RODRIGUES**
CARGO DO RESPONSÁVEL	:	**PRESIDENTE**
ASSUNTO DO PROCESSO	:	**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO DE 2012**
RELATOR	:	**MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO**

I – PREÂMBULO

1 – O processo em questão autuado neste Tribunal de Contas – **e.TCE** sob o nº TC/5388/2013, trata da **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO** da **CÂMARA MUNICIPAL DE AMAMBAI – MS**, inerente ao exercício financeiro de **2012**, de responsabilidade do Gestor, **ROBERTO ROJO RODRIGUES**, remetida a este Tribunal para julgamento de conformidade com o disposto no **inciso II** do **art. 21** da Lei Complementar Estadual nº 160, de 02 de janeiro de 2012, cuja formatação processual se deu na forma da Instrução Normativa nº 35, de 14 de dezembro de 2011, que aprovou o Manual de Remessa de Informações, alterado pela Instrução Normativa nº 36, de 06 de junho de 2012.

2 – O processo é trazido à avaliação desta Auditoria, para emissão de parecer em cumprimento do que reza o **art. 1º** da **Portaria TC/MS nº 2/2012** c/c o **inciso III** do **art. 14** da LCE nº 160/2012.

TC/MS
FLS. _____
RUB _____

3 – Examinados os autos do processo, em caráter preliminar, consta que a digna Inspetoria de Controle Externo apurou na fase inicial de instrução processual **IRREGULARIDADES**, as quais foram notificadas ao Gestor visando o cumprimento do princípio do contraditório e ampla defesa, que dispõe o **inciso LV** do **art. 5º** da Constituição Federal de 1988, oportunidade em que visando saná-las apresentou justificativas e documentos acostados à peça nº 25.

4 – A nobre Inspetoria de Controle Externo analisou as justificativas e os documentos apresentados no contraditório por meio da **ANÁLISE CONCLUSIVA ANC-6ICE-14240/2013** acostada à peça nº 27, e considerou que as **IRREGULARIDADES** diligenciadas foram plenamente sanadas.

5 – Em face do exposto, a predita Inspetoria de Controle Externo, em conclusão se manifestou derradeiramente acerca destas Contas Anuais de Gestão na forma transcrita, a seguir:

TC/MS
FLS. _____
RUB _____

"...somos de opinião que a Prestação de Contas de Gestão da Câmara de Municipal de Amambai/MS, referente ao exercício financeiro de 2012, sob a responsabilidade do Sr. Roberto Rojo Rodrigues ***encontra-se em condições de ser aprovada*** *nesta Corte de Contas,* ***ressalvada*** *a ausência de instituição do Controle Interno, fato que consequentemente resulta ainda na ausência dos seguintes procedimentos:*

a) Ato Legal que nomeia o controlador interno;

b) Apresentação de Parecer Técnico Conclusivo emitido pela unidade de Controle Interno."

É o relatório.

II – EXAME DE AUDITORIA

6 – Antes de adentrar no mérito do exame da avaliação destas Contas Anuais de Gestão em pauta é necessário considerar neste Parecer, as **RESSALVAS** trazidas à baila pela emérita Inspetoria de Controle Externo

transcritas no **item 5** do **PREÂMBULO** deste Parecer, as quais entende esta Auditoria que as mesmas não são motivos para impedir o seu julgamento como **CONTA REGULAR**, por considerar que a criação do Sistema de Controle Interno, que dispõe o ***caput*** do **art. 31** da Constituição Federal de 1988, é prerrogativa do Poder Executivo Municipal, na forma da lei, por conseguinte diante da inexistência do mencionado Sistema, o Ato Legal da Nomeação do Controlador Interno inexiste.

7 – Prosseguindo o exame desta Prestação de Contas Anuais de Gestão em pauta, **na forma da vigente ordem constitucional, legal, demais legislações pertinentes e das normas gerais de auditoria aplicadas à administração pública** ficou constatado na sua avaliação o seguinte:

7.1 – DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 35/2011

7.1.1 – Cumprimento do disposto nas **Letras "A"** e **"B"** do **Subitem 3.1** do **Item 3** da **Seção II** do **Anexo I**, por ter remetido, **TEMPESTIVAMENTE**, a este Tribunal de Contas a Prestação de Contas Anuais de Gestão em tela, conforme se constata no carimbo do SEDEX acostado à peça nº 1 e

por apresentar a sua respectiva **INSTRUÇÃO PROCESSUAL** de forma regular, conforme visto nas peças acostadas nos respectivos números 1 a 27.

7.2 – DO ORÇAMENTO

7.2.1 – A Lei Municipal nº 2.282, de 14 de dezembro de 2011 – LOA, autorizou para a Câmara Municipal **créditos orçamentários na ordem de R$ 2.400.000,00**, conforme visto na **ANÁLISE CONCLUSIVA ANC-6ICE-14240/2013** acostada à peça nº 27.

7.3 – DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101/2000 – LRF

7.3.1 – Cumprimento do estabelecido na **alínea "a"** do **inciso III** do **art. 20**, por ter efetuado no exercício despesa com pessoal do Poder Legislativo dentro do limite de 6% (seis por cento) da receita corrente líquida do Município, conforme demonstrado na tabela, a seguir:

TABELA 1 – RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO X DESPESA COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

ESPECIFICAÇÃO	R$	%
Receita Corrente Líquida do Município	63.871.169,26	100,00
Margem Legal	3.832.270,15	6,00
Despesa com Pessoal do Poder Legislativo	**1.270.991,05**	**1,98**
Resultado do Exame	Regular	

Fonte: Anexo 10 Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada – Processo TC/5932/2013 Prestação de Contas Anuais de Governo da PM de 2012 e Análise Conclusiva acostada à peça nº 27.

7.3.2 – Cumprimento do ***caput*** do **art. 48** da LCF nº 101/2000 – LRF, por dar **transparência** e **publicidade** da Prestação de Contas Anuais de Gestão, mediante as publicações dos Balanços exigidos, conforme visto à acostada peça nº 3.

7.4 – DA LEI FEDERAL Nº 4.320/1964 E PORTARIA Nº 42/1999 DO MPOG E PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163/2001 DO MF E MPOG

7.4.1 – DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

7.4.1.1 – Cumprimento do **art. 42** e dos **incisos I** a **III** do **§ 1º** do **art. 43**, por proceder à abertura dos **créditos adicionais suplementares por anulação de dotação orçamentária própria**, de acordo com as autorizações dos Decretos emitidos pelo Prefeito Municipal acostado à peça nº 13, fato que não alterou as despesas autorizadas para a Câmara Municipal no montante de R$ 2.580.000,00, conforme visto no Anexo 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada acostado à peça nº 7.

7.4.2 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

7.4.2.1 – Cumprimento do disposto no **art. 12**, bem

como da Portaria nº 42/1999 do MPOG e Portaria Interministerial nº 163/2001 do MF e MPOG, por apresentar a fixação e realização da despesa orçamentária por **categorias econômicas** e por **classificação funcional** e **programática**, conforme constatado no Anexo 11 – Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada acostado à peça nº 7, o qual demonstra despesa autorizada e empenhada, na forma demonstrada na tabela, a seguir:

TABELA 2 – DESPESA AUTORIZADA E EMPENHADA		
ESPECIFICAÇÃO	**R$**	**%**
1 - Despesa Autorizada	2.580.000,00	100,00
2 - Despesa Empenhada = (2 / 1)	2.243.401,40	86,96
3 - Diferença = (3 / 1)	**336.598,60**	**13,04**
Resultado do Exame	Regular	

Fonte: Anexo 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada acostado à peça nº 7.

7.4.3 – DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

7.4.3.1 – Cumprimento dos **arts. 103** a **105**, por elaborar de acordo com as citadas disposições legais o Anexo 13 - Balanço Financeiro acostado à peça nº 4; o Anexo 14 - Balanço Patrimonial acostado à peça nº 5 e o Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais acostado à peça 6, pois conforme a extensão do exame, **NADA FOI ENCONTRADO DE IRREGULAR**, uma vez que se constatou a

consistência dos valores de seus respectivos registros contábeis, cujos resultados apurados no exercício são os demonstrados na tabela, a seguir:

TABELA 3 – RESULTADOS CONTÁBEIS APURADOS NO EXERCÍCIO	
ESPECIFICAÇÃO	**R$**
1 - Superavit (Deficit) Financeiro	0,00
2 - Ativo Real ou (Passivo Real a Descoberto)	511.010,49
3 - Resultado Econômico Superavit (Deficit)	17.205,70

Fonte: Anexo 13 – Balanço Financeiro, Anexo 14 – Balanço Patrimonial, Anexo 15 – Demonstração das Variações Patrimoniais acostados às peças nº 4 a 6.

7.5 DA AVALIAÇÃO DOS MANDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

7.5.1 – Cumprimento do **inciso I** do **art. 29-A**, por **respeitar** o limite percentual de 7% (sete por cento) com a despesa total da Câmara Municipal, incluídos subsídios dos Vereadores e excluídos gastos com inativos em relação ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no **§ 5º** do **art. 153** e nos **arts. 158** e **159**, efetivamente realizadas no exercício anterior, conforme demonstrado na tabela, a seguir:

TABELA 4 – RECEITA BASE CONSTITUCIONAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR X DESPESA TOTAL DA CÂMARA MUNICIPAL, MENOS INATIVOS		
ESPECIFICAÇÃO	**R$**	**%**
Receita Base Constitucional de 2011	36.690.308,92	100,00
Limite Constitucional do Duodécimo	2.568.321,62	7,00
Despesa Total da Câmara Municipal, Menos Inativos	**2.243.401,40**	**6,11**
Resultado do Exame	Regular	

Fonte: Análise Conclusiva acostada à peça nº 27.

7.5.2 – Cumprimento do **§ 1º** do **art. 29-A**, por **respeitar** o gasto máximo de 70% (setenta por cento) em relação ao Duodécimo Recebido com a folha de pagamento, incluído gasto com subsídio de seus Vereadores ao **realizar despesa compatível** com o citado limite constitucional, conforme demonstrado na tabela, a seguir:

TABELA 5 – DUODÉCIMO RECEBIDO X DESPESA COM A FOLHA DE PAGAMENTO, INCLUSIVE SUBSÍDIOS DOS VEREADORES

ESPECIFICAÇÃO	R$	%
Duodécimo Recebido	2.561.401,40	100,00
Margem Legal	1.792.980,98	70,00
Despesa com a Folha de Pagamento, Inclusive Subsídios dos Vereadores	**1.270.991,05**	**49,62**
Resultado do Exame	Regular	

Fonte: Análise Conclusiva acostada à peça nº 27.

7.5.3 – Cumprimento do **inciso VII** do **art. 29**, por respeitar o limite percentual de 5% (cinco por cento) com as despesas de remuneração dos Vereadores ao realizar gastos em relação à Receita Base Constitucional do Município, conforme demonstrado na tabela, a seguir:

TABELA 6 – RECEITA TOTAL DO MUNICÍPIO X DESPESA COM A REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES

ESPECIFICAÇÃO	R$	%
Receita Total do Município de 2012	73.630.049,59	100,00
Margem Legal	3.681.502,47	5,00
Despesa com a Remuneração dos Vereadores	**698.357,28**	**0,94**
Resultado do Exame	Regular	

Fonte: Anexo 10 Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada – Processo TC/5932/2013 Prestação de Contas Anuais de Governo da PM de 2012 e Anexo 11 – Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada acostado à peça 7.

TC/MS
FLS. _____
RUB _____

7.5.4 – Cumprimento do disposto no **§ 3º** do **art. 164** da Constituição Federal de 1988, por ter depositado as disponibilidades dos recursos financeiros da Câmara Municipal em instituições financeiras oficiais, conforme visto nos Extratos Bancários acostados à peça nº 12.

8 – AVALIAÇÃO DA LEGITIMIDADE E DA ECONOMICIDADE, esta será obtida mediante o controle externo por meio de processos próprios regimentais, conforme dispõe o **art. 21** do Provimento da Corregedoria TCEMS nº 01/1999 e pelo Sistema de Controle Interno, na forma que dispõe o ***caput*** do **art. 31** da Constituição Federal de 1988.

É o exame.

III – CONCLUSÃO

9 – Diante do exposto neste **Parecer** e considerando tudo que consta dos autos do processo ficou constatado que o Gestor elaborou a sua Prestação de Contas Anuais de Gestão de acordo com a vigente ordem constitucional e legal, conforme visto no **item 6** e nos **subitens 7.1** a **7.2** do

TC/MS
FLS. _____
RUB _____

item 7 ambos da **Parte II EXAME DE AUDITORIA** deste Parecer, razões pelas quais esta Auditoria **opina**:

9.1 – Que o Tribunal Pleno com fundamento no que dispõe **inciso II** do **art. 21** c/c o **inciso I** do **art. 59** ambos da LCE nº 160/2012, julgue e considere **REGULAR** a **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO** da **CÂMARA MUNICIPAL DE AMAMBAI – MS**, inerente ao exercício financeiro de **2012**, de responsabilidade do Gestor, **ROBERTO ROJO RODRIGUES**.

10 – O Parecer ora exarado foi fundamentado no **exame de documentos digitalizados de veracidade ideológica presumida**, ficando, assim, portanto, **ressalvadas quaisquer impropriedades e irregularidades** porventura encontradas por meio de processos próprios regimentais.

É o parecer.

Campo Grande, 18 de outubro de 2013.

JOAQUIM MARTINS DE ARAÚJO FILHO

AUDITOR TCE/MS

magl